

## OS LUSITANOS

### e a construção do ideal nacionalista português

Prof. Dr. João Lupi  
Departamento de Filosofia/ UFSC  
[lupi@cfh.ufsc.br](mailto:lupi@cfh.ufsc.br)

#### Resumo

Após o final do século XIV, tornou-se cada vez mais forte e vocal entre os estudiosos e escritores portugueses (especialmente os poetas), a convicção de que, primeiramente, os portugueses descendem dos antigos lusitanos; e em segundo lugar, que os lusitanos eram um ramo dos celtas continentais. Ambas convicções foram colocadas sob suspeita quando historiadores do século XIX não encontraram elementos claros para dar apoio a elas. De fato, é muito provável que os lusitanos tenham recebido algumas influências culturais dos celtas do Norte e Centro da Península, mas como grupo étnico seu *Sangue Celta* é pouco notável. Eles deveriam, portanto, mais corretamente serem chamados de Celtibéricos. Quanto à questão destes serem ancestrais dos portugueses, os lusitanos aparecem como uma das muitas contribuições para a composição da nação portuguesa moderna. A identificação entre os lusitanos e os portugueses é provavelmente muito mais um caso de construção literária, com uma forte influência de doutrinas ideológicas e políticas, que uma realidade antropológica e histórica.

Palavras-chave: Lusitanos, Celtas, Imaginário Político

#### Abstract

After the late XIV century, it became ever louder and stronger among the Portuguese writers (mainly poets) and scholars, firstly, that the Portuguese descend from the Ancient Lusitani; secondly that the Lusitani were a branch of the Continental Celts. Both convictions came under suspicion when XIX historians did not find clear elements to support them. In fact, it is most probable that the Lusitani received some cultural influences from the Celts of the North and Central Peninsula, but as an ethnic group their *Celtic blood* is scarcely noticeable. They should, therefore, more properly be called Celtiberians. As for the question of being ancestors of the Portuguese, the Lusitani figure as one among many other contributions to the composition of the modern Portuguese Nation. The identification between the Lusitani and the Portuguese is most probably much more a question of literary construction, with strong influence of ideological and political doctrine, than an historical and anthropological reality.

Keywords: Lusitani, Celts, Political Imagery

## 1. A questão da origem céltica

Apesar das muitas imprecisões e dúvidas, aceita-se geralmente que os celtas tenham iniciado a sua grande dispersão pela Europa entre o final do século VI e o início do V a.C. Sua *pátria* de origem situava-se a norte dos Alpes, entre o Reno e o Danúbio. A grande migração ou invasão celta chegou à Península Ibérica ainda no século V. Os indícios de presença celta no leste peninsular – os campos de urnas funerárias da Catalunha – que remontam ao século VIII, ou mesmo antes (CURCHIN, 16; ARRIBAS 17, 18, 27, 41...) e que se assemelham à cultura de Hallstatt B e C não asseguram a existência de uma leva de invasores celtas (SAVORY, 233 – 238, e 244), mas apenas traços de culturas aparentadas (CUNLIFFE, 361); o mesmo se poderia dizer dos dados arqueológicos da presença celta no vale do Ebro e na Meseta Central relativos aos séculos VII e VI.

A migração do século V encontrou a Península povoada por culturas muito variadas, que podemos considerar basicamente em dois grupos bem distintos: os iberos a leste e sul, e os povos neolíticos e megalíticos no centro e no litoral atlântico. As culturas de leste e sul são as que se costuma chamar propriamente de ibéricas, mas ainda aqui há que distinguir dois conjuntos: os do litoral oriental (atual Catalunha) de maior influência grega, sobretudo de comerciantes da Fócia para lá emigrados com suas famílias; e os do sul, de maior influência fenícia – de Tiro, desde o século XI a.C. Foi nesta área que se desenvolveu a cultura de Tartessos; os mais prováveis integrantes desta região eram os turdetanos, que viviam entre o Guadiana (o Anas, que conhecemos pelo nome árabe de Wad-i-ana) e o Guadalquivir (wad-al-kebir). Com os tartéssicos e os fócios-ibéricos os celtas entraram em contato, mas não ousaram atacar suas cidades ricas e bem defendidas. O nome de celtiberos, e de uma cultura celtibérica, realmente aplica-se a um mosaico de influências diversas, em que a palavra iberos não designa nenhuma origem conhecida, mas apenas uma localização de povos a oriente e a ocidente do rio Ebro – neste caso é o rio que dá nome ao povo que vive em sua vizinhança. A existência de uma fusão entre celtas e iberos é atestada apenas numa área de contato muito restrita, em pontos esparsos e pouco relevantes entre o centro da Península e a área do litoral ibérico sul e sudeste.

Foi portanto em direção ao centro e à área atlântica que se dirigiram os celtas, sem se aproximar das áreas mediterrânicas mais urbanizadas. Ora também no restante da Península havia notáveis diferenças que é preciso ter em conta. O litoral sul, o Cinético (atual Algarve) embora já banhado pelo Atlântico, recebia tal influência tartéssica (e fenícia e grega) que bem se pode considerar um prolongamento da cultura urbana ibérica; sua principal cidade era Conistorgis, de localização desconhecida, e seus habitantes, os cónios, eram em tudo distintos dos demais povos a norte das serras que os separavam da região entre Tejo e Anas, que os romanos chamavam Mesopotâmia (ibérica) e corresponde ao atual Alentejo: aqui os monumentos ainda existentes (por exemplo os dolmens ou antas próximo a Évora) comprovam um modo de vida rural de tradição megalítica. O litoral do atual Portugal, sobretudo na região entre Tejo e Douro, conhecera por volta do terceiro milênio uma ocupação importante por povos de culturas desenvolvidas, atestada pela presença de grandes torres de pedra ainda visíveis na região de Torres Vedras (Turres Veterae, ou torres antigas); houve aí forte presença de comerciantes fenícios e gregos (ou talvez ibéricos e tartéssicos) mas sua urbanização e nível econômico não eram tão desenvolvidos como os do litoral mediterrânico e cinético; contudo a indústria de peixe para exportação já era importante e prenunciava as grandes indústrias de conserva de peixe do tempo do Império Romano.

Já o norte peninsular era ocupado pelos aguerridos montanheseos cântabros e bascos, cuja origem e modo de vida eram muito diferentes dos das cidades do sul, mas que sempre mantiveram forte oposição a contatos e presenças externas. Assim os celtas ao espalharem-se pela Península encontraram facilidades de fixação em apenas duas regiões: a Meseta central – basicamente a Castela a Nova atual; e a região ocidental ou atlântica a norte do Tejo. De acordo com os relatos romanos podemos distinguir aí as seguintes áreas e povos: a nordeste do rio Douro, e mais concentrados a norte do rio Minho, portanto no noroeste peninsular viviam os calaicos, cujos descendentes – os galegos – conservam até hoje inúmeros traços comuns aos celtas; entre Douro e Tejo ficavam os lusitanos, por sua vez divididos em três modos de vida distintos: o das montanhas (atual Beira Interior) vivendo mais da caça e da pastorícia de cabras; o das cidades do litoral (atual Beira Litoral) que viviam da pesca e derivados, do comércio, e tinham uma relativa urbanização; e o dos vales dessas duas regiões, de economia agrícola. A oriente dos lusitanos, na Meseta Central, viviam os vetões, que chegaram a ocupar o vale do Tejo, mas daí foram expulsos para a região montanhosa a norte da Extremadura espanhola; e a norte dos vetões mas a sul do Douro viviam os vaceus. Finalmente a sul do Tejo habitavam os célticos, por vezes identificados com os cempsos (cempi) e que, ao contrário do nome, não eram tão celtizados como seus vizinhos a norte. Parece mesmo que teriam mais influência do sul, pois há notícias de que a influência dos cónios do Cinético se estendera pelo litoral (do atual Alentejo) até ao Tejo; daí teriam sido expulsos pelos celtas e confinados ao atual Algarve.

Estes seriam os principais povos de origem céltica da Península – cada um deles mesclado, em proporções variáveis, com os habitantes anteriores à invasão; mas as fontes romanas indicam muitos outros povos ou grupos menores, como os túrdulos de entre Vouga e Mondego (litoral Atlântico ocidental) citados por Plínio, e possivelmente aparentados com os túrdulos da Bética: os asturianos, entre os calaicos e os cântabros; os brácaros, entre Douro e Minho; e outros que foram anotados pelos romanos como os presures, presamarcos, leúnos, grávios, igeditanos.

Desta enunciação poucas certezas nos ficam, mas podemos apresentar algumas diretrizes de estudo de maior confiabilidade.

1. A presença celta na Península deu-se, sobretudo, na parte central e no litoral atlântico, excluindo todo o extremo sul desde o atual Algarve até ao sudeste e nordeste (Andaluzia, Valência e Catalunha) bem como o extremo norte (atual região basca e proximidades).

2. A grande variedade de povos e diferenças geográficas determinou uma proporção muito variável de elementos celtas na fusão com os povos que já habitavam a Península antes da sua chegada, mas é comum aceitar que a maior densidade céltica se verificou nos vaceus, vetões, brácaros e calaicos.

3. A superioridade econômica e técnica das culturas urbanas ditas ibéricas – ou do litoral mediterrânico e algarvio – levou à presença de elementos ibéricos em boa parte da Península, e é neste sentido, cultural e não étnico, que se pode falar em povos ou mesmo em civilização celtibérica.

4. Os lusitanos tinham como principal área de concentração a região entre Douro e Tejo, mas exerceram pressões e influências em todos os sentidos, sobretudo para leste e sul.

5. Ao tempo da ocupação romana os lusitanos podiam ser designados como um povo originado de culturas neolíticas e megalíticas relativamente desenvolvidas, que receberam impacto das áreas ibéricas, e se miscigenaram com os celtas. 6. Muitos nomes de povos que aparecem nos textos romanos tanto podem ser de *tribos* ou grupos menores integrados ao conjunto dos lusitanos, como de povos vizinhos mas distintos.

A presença céltica no território do atual Portugal, porém, continua sendo discutida: Fernando de Almeida, que na segunda metade do século XX era uma das maiores autoridades em Arqueologia, afirma (1956: 23, 31) que os egitanos, ou igeditanos (da região de Idanha-a-Velha, na Beira Interior) eram luso-celtas, e que *constituíam um grande aglomerado populacional celta quando chegaram os romanos* (Almeida, 1956: 26) e a favor desta tese aponta grande quantidade de nomes celtas encontrados em inscrições, além de outros vestígios que assegura serem de origem celta; contudo outros historiadores contemporâneos não têm tanta certeza da presença celta entre os lusitanos, e esse tema está até relativamente desacreditado. Mas mesmo que se discuta se os lusitanos eram *mais celtas*, ou mais próximos à origem neolítica, ou ainda de outra cultura ou grupo étnico, o certo é que por se terem distinguido entre todos os celtiberos durante quase dois séculos na sua oposição à ocupação romana eles se tornaram um paradigma ou expoente dos povos peninsulares – e por extensão, dos celtas.

Por outro lado a contribuição dos lusitanos para a formação de Portugal medieval, como antepassados étnicos dos portugueses, é problemática devido à quase extinção (segundo alguns autores) dos lusitanos pelos romanos, e à forte presença de imigrações posteriores, e mais ainda aos limites geográficos da ocupação territorial dos lusitanos, que não coincidem com os portugueses. A hipótese de trabalho básica seria a de considerar os lusitanos como um conjunto de etnias ou grupos aparentados entre si por laços variáveis de ascendência e de traços culturais, celtizados parcialmente por miscigenação e por intercâmbio cultural, e que são tidos como antepassados ideais ou simbólicos da nação portuguesa. Certamente, os lusitanos não eram um povo unitário, nem tinham um modo de vida uniforme, não eram celtas "*puros*" (se é que ao havia nessa época) sua terra mãe não coincidia com os limites de Portugal, e não são os únicos antepassados dos portugueses – nem do ponto de vista étnico, nem muito menos do cultural.

## 2. Historiadores e geógrafos da Antiguidade

Os antigos gregos, que estariam mais interessados em falar das suas colônias na Ibéria, não nos deixaram muito que ler sobre os demais povos peninsulares. Já os romanos, e os gregos do período helenístico e do Império romano escreveram muitas descrições e relatos, dos quais se conservaram até hoje algumas opiniões e informações acerca dos lusitanos. Rever tudo o que se encontra nessas fontes seria excessivo para os nossos objetivos, e por isso nos contentamos com um rápido apanhado de alguns desses textos. Vamos apresentá-los por ordem cronológica.

Políbio (c.203-120) descreve o clima e as terras dos lusitanos, sua economia, e enumera as principais produções como sendo trigo, cevada, vinho, e gado.

Diodoro Sículo (séc. I a.C.) distingue os lusitanos que viviam no alto dos montes de difícil acesso, daqueles do litoral, que viviam com maior conforto e urbanidade; mas assinala que os lusitanos “são os mais fortes entre os iberos”, e nos forneceu a primeira biografia conhecida de Viriato.

Estrabão (c. 63 – 22) na *Geografia* chama a atenção para as diferenças entre os autores anteriores na delimitação das terras dos lusitanos, e conseqüentemente na ambigüidade da atribuição do nome de lusitano aos povos limítrofes. Para Estrabão as tribos dos lusitanos ficavam compreendidas entre o rio Tejo, a sul, e o Atlântico, a oeste e a norte, sendo seus vizinhos a leste os vaceus, vetões, carpetanos, e calaicos. Refere que estes povos são considerados por alguns autores como integrantes do conjunto

lusitano, e destaca que este povo lusitano constitui a mais poderosa das nações ibéricas, e entre todas foi aquela que por mais tempo deteve as armas romanas”.

Quanto à presença lusitana a sul do Tejo ele informa: os romanos obrigaram alguns grupos lusitanos a sair de suas terras e atravessar o rio em direção ao sul, mas a Lusitânia pré-romana não chegava à terra dos célticos (ou cimpsos). Já a região a norte do Douro, diz Estrabão, foi em tempos dos lusitanos, segundo afirmam outros autores, mas os calaicos se mostraram tão irredutíveis que os lusitanos recuaram. Apesar desse revés ele descreve os lusitanos como ágeis na luta, bons caçadores, e habilidosos com as armas; aliás os historiadores e geógrafos do Império, impressionados com as guerras que os lusitanos moveram contra os romanos, falam muito das virtudes guerreiras deste povo, deixando de lado outros aspectos que gostaríamos de conhecer.

Tito Lívio (59-17) na *História Romana* explica a participação dos povos da Ibéria na Segunda Guerra Púnica e refere-se algumas vezes aos lusitanos.

Plínio O Velho (23-79) no tomo IV da *História Natural* apresenta os seguintes limites para o território dos lusitanos: a norte o Douro, a leste o Anas, o Oceano a ocidente e sul; incluía, portanto, entre os lusitanos os cónios do Cinético, e os célticos do atual Alentejo. Plínio menciona entre as cidades da Bética (atual Andaluzia) a povoação de Turóbriga, ou Duróbriga, muito a leste do Anas; sabemos por outras fontes que Duróbriga era o principal centro de culto da deusa Atégina (Adégina, Atecina) quase sempre cognominada de Turobricense ou Turibricense; mas Atégina era uma das mais importantes deusas da religião dos lusitanos, o que atesta um elo notável entre a cultura lusitana e a dos celtas e celtíberos situados mais a leste.

Pompônio Mela (séc.I d.C.) no *De Situ Orbis* descreve as cidades e rios das terras lusitanas e afirma com Plínio que elas se estendem até ao Anas.

Cláudio Ptolomeu (século II d.C.) restringe o habitat lusitano à região entre Douro e Tejo e cita muitas cidades do litoral, entre as quais Verurium (Aveiro), Velladis (Avelãs), Traducta (Condeixa), Arabriga (Alenquer), Olisipo (Lisboa), e algumas mais para o interior, como Scalabis (Santarém); mas não menciona cidades na região montanhosa.

Há ainda muitos autores que deixaram notícias sobre os lusitanos, e que os estudiosos têm utilizado para reconstituir (e discutir as divergências) a história deste povo; citemos alguns: Possidônio (c. 135 – 51), Plutarco (c.46-120), Apiano de Alexandria (séc.II d.C.), e a muito citada *Ora Maritima* do poeta romano tardio Avieno, baseada em narrativas antigas de viagens pelo Atlântico.

Após a ocupação romana e os relatos que se referem às guerras lusitanas as notícias vão escasseando; a Província romana da Lusitânia mantém o nome, mas dos lusitanos pouco se fala. No período das invasões germânicas a obra histórica de Orósio e a *Crónica* de Idácio ainda citam o povo, mas o povo vai se diluindo com as vagas de invasores e imigrantes, e desaparecendo no esquecimento dos escritores. Os cronistas medievais portugueses não parece que se tenham interessado por esses antepassados.

### 3. Da Literatura à Arqueologia

Foi só a partir do final da Segunda Dinastia, com a influência do Renascimento italiano e o renovado interesse pelos clássicos que os portugueses voltaram a falar dos lusitanos. Já em 1531 Gil Vicente escreveu o *Auto da Lusitânia*, representado perante a corte de D. João III quando nasceu seu filho D. Manuel. O auto trata das bodas de Lusitânia e Portugal, mas Gil Vicente, como muitas vezes faz, mistura no enredo e nos

diálogos muitos temas, personagens, e cenas que constituem como “diversões” à margem do tema maior.

Lusitânia é filha de Lisibea (Lisboa) e do Sol, e por ela se apaixonou um caçador grego de nome Portugal. Quando os amores parecem desencaminhar-se acorrem as deusas (diesas) gregas, com cuja proteção se decide então o casamento. Este o tema, que se desenrola da seguinte maneira: começa o auto com vários diálogos e recitativos de pessoas comuns acerca de assuntos de amor e outros, alguns picarescos como convém a uma farsa, até que entra em cena o Licenciado, que faz o papel de narrador e representa Gil Vicente; ele introduz o tema das bodas dizendo que o Sol viu Lisibea *nua sem nenhuma cobertura (...) e houve dela uma filha tão ornada de sua luz, que lhe puseram nome Lusitânia, que foi diesa e senhora desta Província*. Passados tempos, um famoso cavaleiro grego de nome Portugal ouviu falar da boa caça na serra de Sintra (serra da Solércia), *e como este Portugal, todo fundado em amores, visse a formosura sobrenatural de Lusitânia, filha do Sol, improviso se achou perdido por ela*.

O contexto mitológico greco-romano, a etimologia de Lusitânia a partir de *luz do sol* a origem amorosa de Portugal – tudo concorre para apresentar um ideal nacionalista enraizado nas origens romana e grega. Gil Vicente não fala em lusitanos nem em guerreiros, pois tudo se passa num plano simbólico, idealizado, procurando a identidade de Portugal num mito fundador que justifique e dê razão de ser a uma consciência (incipiente) de nação. Note-se que a mentalidade de Gil Vicente ainda tem muito de medieval, onde a Cristandade está acima do Reino, e o Reino é a República (coisa pública) pois o termo *Estado* ainda não era corrente, e onde a palavra *nação* tem outros significados que não os contemporâneos.

Por isso mesmo, como não está a fazer história mas ideologia e doutrina, cada traço tem vários aspectos, e o sentido da união de Portugal e Lusitânia não se esgota no amor e na boda: Portugal amante de Lusitânia é também seu descendente, como disse o Licenciado no verso anterior ao que citamos antes – ao falar de como o autor conheceu os segredos *do antigo tempo passado* acrescenta *Em especial/ O antigo Portugal/ Lusitânia que cousa era/ e o seu original*.

Essa Lusitânia não é elogiada pelas guerras contra Roma nem pelo valor de seus guerreiros, mas pela beleza e simplicidade. Diz ela mesma (seu personagem) pouco depois do Licenciado a apresentar: *Eu sou a filha do Sol/ e se o mundo teve flor/ eu sou as flores do mundo/ E da presunção maior/ Que sou tão fantasiosa/ E tão cheia de grandeza/ Que não prezo ser formosa/ nem prezo a quem me preza/ E prezo-me de generosa*.

Mas foi Camões, nos *Lusíadas* o grande responsável para se fazer dos lusitanos o modelo do povo heróico, como a *Ilíada* fora para os gregos, e a *Eneida* para os romanos. O primeiro a usar o termo *lusíadas* parece ter sido Jorge Coelho numa publicação de 1536, mas foi o humanista André de Resende que o divulgou e explicou sua filologia em cartas e obras menores por volta de 1545; é provável que Camões tenha se inspirado nelas para o título do seu poema épico. No segundo verso de abertura do poema - *a ocidental praia lusitana* – Camões dá seqüência a *As armas e os barões assinalados*; como estes dois versos são cópia quase literal da *Eneida* – *Arma virumque cano/ Troiae qui primus ab oris* – é evidente a intenção, muito ao modo renascentista de equiparar os portugueses aos romanos dando-lhes um antepassado clássico; Vasco da Gama é outro Eneias – *aquele ilustre Gama/ que para si de Eneias toma a fama* (I, 12); e vai mais longe, até fazer dos portugueses outros gregos – *e vereis ir cortando o salso argento/ os vossos Argonautas* (I, 18), enquanto que Duarte Pacheco Pereira é o *Aquiles lusitano* (X, 12). Aliás, um dos temas mais estudados e discutidos de todo o poema é a contínua invocação dos deuses greco-romanos para que protejam os portugueses: *o peito ilustre*

*lusitano, a quem Neptuno e Marte obedeceram* (I, 3) isto é: o deus do mar e o deus da guerra se puseram a serviço dos lusitanos/portugueses.

Os lusitanos opuseram-se aos romanos, mas essa circunstância não contradiz a ascendência clássica dos portugueses: os lusitanos fizeram parte da História Romana, acabaram sendo cidadãos romanos, e são antepassados modelares dos portugueses, e é isso que importa a Camões e ao espírito renascentista. A inserção dos portugueses nos romanos não se faz pela força nem pelas armas, mas pela cultura, de que é símbolo a língua:

*(...) a língua, na qual quando imagina  
com pouca corrupção crê que é a latina* (I, 33)

Já os lusitanos são modelares porque foram guerreiros ousados e valentes, qualidades que ao longo do poema se demonstra terem sido apanágio dos portugueses. Mas não diz que os portugueses são descendentes dos lusitanos pelo sangue (étnicos ou por geração, diríamos hoje): nas sessenta vezes em que aparece o termo lusitano, mais quinze vezes o nome de Luso, e seis para Lusitânia, os lusos são os portugueses. Essa identificação, porém é ideal, pelas virtudes de liberdade, força, ousadia, valor que fazem dos dois povos um povo só, unido pelos deuses e pelo espírito:

*E vós, ó bem nascida segurança  
Da lusitana antiga liberdade* (I, 6)  
*(...) do valor da forte gente  
de Luso não perdeis o pensamento* (I, 24)

*(...) esquecerão seus feitos no Oriente  
se lá passar a lusitana gente* (I, 30)  
este aliás um tema repetido mais adiante:  
*qu'eu co'o Grão Macedónio e Romano  
demos lugar ao nobre lusitano?* (I, 75)

Muito mais se poderia explicar acerca do uso dos termos derivados de Luso no poema dos *Lusíadas*, mas esse é assunto a desenvolver em outro tipo de ensaio. O que importa destacar é o papel e o modo de Luís Vaz de Camões como introduziu esse ideal da ascendência clássica dos portugueses. O tema foi sendo aceito e desenvolvido, ao ponto de no século XIX já se considerar (o que Camões não dissera) que os lusitanos foram os antepassados dos portugueses, como se deles e quase só deles todos os portugueses descendessem.

A historiografia da segunda metade do século XIX já põe reparos a essa suposição, e Alexandre Herculano foi taxativo em negar tal ascendência: pela sua autoridade muitos o citaram depois, e Joaquim Pedro de Oliveira Martins, na *História de Portugal*, dá-lhe seguimento, sem maiores considerações. A partir desse final de século uma nova orientação e metodologia surgem no estudo dos lusitanos: a da Arqueologia e da Antropologia. Busca-se no estudo dos vestígios a confirmação correção e complementos para o que os escritores gregos e romanos nos disseram.

Apoiada nesta nova leva de estudos surge pouco depois a grande obra que determinou a orientação dos cientistas seguintes e até hoje permanece como inspiradora de todos os trabalhos: a investigação arqueológica e antropológica de Leite de Vasconcelos, sobretudo a publicada em *As Religiões da Lusitânia* (dois volumes, concluídos em 1905 e sucessivamente reeditados); outros arqueólogos portugueses vieram somar-se a esta minuciosa investigação; entre muitos autores e inúmeros trabalhos menores devemos citar: Mendes Corrêa com *Os Povos primitivos da Lusitânia*

(1924), e as *Raízes de Portugal* (1938); Martins Sarmiento e *Os Lusitanos*; Damião Peres em *Como nasceu Portugal* (1938); a estes vieram acrescentar-se nesse início de século XX autores espanhóis como Bosch Gimpera com *Etnologia de la Península Ibérica* (1932), e *Formación de los Pueblos de España*, e também alemães como Schulten autor de *Hispania*.

Note-se, porém, que a discussão da relação entre portugueses e lusitanos, e entre estes e os celtas não terminara, e havia autores que defendiam ambas as posições – a da ascendência total, e a da relação ideal. Esta poderia também ser estudada como ideológica, inserida no contexto do conservadorismo salazarista do Estado Novo; de fato a partir dos anos trinta as obras genéricas ou panorâmicas sobre os lusitanos escasseiam, e dão lugar ou a estudos arqueológicos muito pontuais e de repercussão restrita, ou às considerações incluídas nos livros de História para as primeiras séries, do tipo *nos ancêtres les Gaulois*, variando entre *nossos antepassados* e *os primeiros habitantes desta parte da Península...* A partir da Revolução dos Cravos (1974) os portugueses interessam-se muito mais pelo seu futuro e pelo que os une à Europa do que pela definição de antecessores ou antepassados próprios; é sintomático que a obra de maior sucesso neste campo foram os dois romances históricos de João Aguiar, um sobre Viriato – *A Voz dos Deuses*, de 1984, com vinte edições até 1997, e outro sobre Sertório – *A Hora de Sertório*, de 1994, também reeditada mas menos vezes. Seria interessante consultar as resenhas e críticas literárias que certamente proliferaram na ocasião, para apreciar o significado dessa literatura, como os portugueses se vêem nela, uma vez que os romances que substituem (embora nela se apoiem) a Arqueologia e a História.

#### 4. A terra e as gentes

Temos, portanto, à nossa disposição um imenso acervo de obras, tanto de geógrafos e historiadores gregos e sobretudo romanos, como de arqueólogos e antropólogos dos últimos cerca de 120 anos, para poder reconstituir, ainda que cautelosamente, o modo de vida dos lusitanos.

Os romanos consideraram os portugueses descendentes de Luso, amigo de Baco – Plínio (I, 39) confirma essa opinião, chamando a Luso amigo íntimo de Baco, e continuando que *Lusum nomen dedisse Lusitaniae*. Mas apesar das referências à boa qualidade e abundância de vinho na Península, não parece que ligassem essa ascendência lateral baquiana ao consumo de vinho. Com esta definição mitológica, porém, se encerram muitas explicações do nome. Os dados históricos não são muito mais conclusivos: sabe-se que existiu no sul da Península um povo denominado Lusones pelos romanos, mas não parece haver relação étnica entre os dois; conhece-se também a existência de uma raiz celta *lus*, e há quem suponha que um termo semelhante, *lous*, significaria guerreiro, e que a desinência *tan* quer dizer região ou terra; mas essa construção filológica não é geralmente aceita.

Como, porém, não se conhece nenhum topônimo anterior para indicar a região que depois se chamou Lusitânia, pode-se supor que o povo deu nome à terra, e não o inverso (como no caso do Ebro que deu nome aos iberos).

Os geógrafos romanos, como vimos acima, distinguiam três regiões físicas na Lusitânia: as montanhas, os vales, e o litoral; a estas haveria que acrescentar, do ponto de vista histórico, a região central da Península – terra dos vetões – que os romanos incorporaram à Lusitânia administrativa. Isto é, quando se fala em Lusitânia é preciso ter em conta quem e quando está falando, pois houve variedade de limites. Excluindo, pois, a Vetônia, há geral concordância entre os romanos em considerar o clima ameno e

temperado, a geografia física muito variada em seus acidentes, tanto litorais (cabos, baías, falésias, estuários) como interiores (vales, montanhas, rios). Em parte por essa razão de clima e acidentes a produção animal e agrícola, tanto natural como domesticada, é destacada e elogiada pelos antigos.

Na fauna destacam-se duas espécies: os coelhos, que seriam pela sua abundância a origem do nome *Hispânia*, e os cavalos, cuja agilidade e energia se tornaram famosas (e na guerra temidas pelos romanos). Mas os geógrafos apontam ainda os muitos javalis, veados, lobos, raposas, e lincos entre a fauna selvagem, e as cabras como constituindo grandes rebanhos – aliás a imagem tradicional, mas pouco verídica, do chefe lusitano Viriato é a de pastor de cabras na serra da Estrela (os Montes Hermínios da Antiguidade). De qualquer modo é certo que os lusitanos eram considerados bons criadores de gado, não só do bovino e suíno, mas, sobretudo, adestradores de cavalos (apenas como sugestão vale a pena lembrar que essa *familiaridade* no trato com os animais é, ao menos na Península, considerado um traço de origem celta, e que os descendentes de portugueses no Sul Brasil mantêm essa fama, que podemos comprovar pessoalmente várias vezes).

As fontes clássicas referem-se muito também aos minérios, de que a Hispânia seria grande fornecedora – e essa a causa da cobiça romana. A indústria extrativa de prata era a mais importante, mas havia muito cobre, ferro, e estanho; dos rios da Lusitânia saía também muito ouro. Deve observar-se, contudo, que a exploração romana foi intensa e em alguns casos, como do ouro, praticamente exauriu a capacidade minerativa das terras e águas lusitanas. Deve ainda referir-se que a primeira lei romana sobre exploração mineral foi determinada em terras lusitanas: *a Lex Metallis Vispacensis* (atual Aljustrel).

Quanto ao modo de vida deve lembrar-se em primeiro lugar que os autores romanos, confirmados pela arqueologia do último século, apontavam uma diferença clara entre os ibéricos do litoral mediterrânico e os demais povos da Península a que invariavelmente chamavam *bárbaros*. Parece que todos concordariam com Tito Lívio que afirma que a área urbana do litoral hispânico era civilizada, mas que daí para norte e oeste predominavam *os hábitos rudes e selvagens dos hispanos – excetuando os que habitam as costas do nosso mar* (Livro 41, cap.4). Os lusitanos estariam com certeza incluídos nesta designação de rudes e bárbaros; não constituíam uma população homogênea, e os do litoral ocidental eram mais urbanos do que os montanhese; mas são estes que constituem os lusitanos *típicos*, pois a eles se referem mais as fontes romanas que quase só falam dos lusitanos a propósito das guerras, onde os caçadores-guerreiros das montanhas desempenharam o principal papel; e quando mais tarde a literatura se apropriou da imagem do lusitano *forte e valoroso* é claro que se fixou nos traços desses guerreiros.

Pode, pois, dizer-se com relativa segurança que os agricultores das terras baixas seriam também criadores de gado suíno e bovino, que os habitantes do litoral se dedicavam à pesca marítima, à indústria de salga e conserva, e ao comércio através dos portos do Atlântico, e que os montanhese era caçadores de veado e javali, criadores de cabras e de cavalos. O vestuário e armamento desses guerreiros era constituído por túnicas de pele de cabra, couraças de linho grosso, saia comprida (*sagum*), escudos pequenos e redondos, e espadas curtas; os combatentes a pé usavam lanças de ponta de bronze; untavam os corpos com azeite, deixavam os cabelos compridos e agitavam as cabeleiras na batalha para impressionar os inimigos. Das roupas comuns apenas sabemos que as teciam de linho e de lã e que usavam objetos e jóias de metal – pulseiras, torques, braceletes, fivelas, vírias, o que pressupõe a existência de ferreiros e ourives, aliás atestada pelos cultos aos deuses da metalurgia.

O alimento mais característico era o pão de bolota ou glande de carvalho; bebiam leite de cabra e cerveja de cevada, reservando o vinho para as festas.

As casas de pedra tinham forma redonda ou quadrangular; eram cobertas de palha, e ficavam situadas no alto dos morros e colinas, agrupando-se em aldeias – os castros citados pelos historiadores antigos. Os grandes castros tinham muralhas defensivas feitas de grandes pedras, chegando a alcançar um quilômetro de perímetro. Discutem os entendidos se a fortificação conhecida com o nome de *cava de Viriato*, perto de Viseu, era de fato o refúgio do guerreiro.

Os instrumentos musicais incluíam a flauta e a trombeta, com que acompanhavam seus coros e danças – de que os romanos nos deixaram algumas descrições.

Os locais de cultos funerários são sempre de grande interesse para o arqueólogo, que encontra no território da antiga Lusitânia farto material de investigação. Do período paleolítico conhecem-se cemitérios onde os corpos estavam dispostos com restos de alimentação, utensílios e armas; do megalítico abundam os dolmens, conhecidos em Portugal como antas, ou mamoaes – porque os montículos de terra que se acumulou sobre eles criou essa forma arredondada. Por adição de lages alguns dolmens foram se ampliando até alcançar o tipo de monumento funerário conhecido como *galeria de Alcalar*; nestas galerias, de construção mais recente mas provavelmente ainda anteriores aos lusitanos propriamente ditos, também se encontraram objetos, agora mais elaborados, feitos de marfim, metal, e cerâmica, e também ossos humanos. As cistas neolíticas, caixas funerárias de pedra em forma quadrangular e tapadas com pedra como os dolmens, também conservaram objetos de metal e ossos humanos. Estes monumentos atestam um modo de vida anterior à chegada dos celtas, pois os lusitanos adotaram ritos funerários idênticos aos dos invasores (o que é um elemento importante em favor da influência céltica entre os *descendentes de Luso*): a incineração e a conservação das cinzas em urnas de barro. É evidente que esse cerimonial privou os arqueólogos contemporâneos de importantes elementos de estudo (os ossos) sobre os povos que o praticavam.

Pode, pois, dizer-se com relativa segurança que os agricultores das terras baixas seriam também criadores de gado suíno e bovino, que os habitantes do litoral se dedicavam à pesca marítima, à indústria de salga e conserva, e ao comércio através dos portos do Atlântico, e que os montanheses era caçadores de veado e javali, criadores de cabras e de cavalos. O vestuário e armamento desses guerreiros era constituído por túnicas de pele de cabra, couraças de linho grosso, saia comprida (*sagum*), escudos pequenos e redondos, e espadas curtas; os combatentes a pé usavam lanças de ponta de bronze; untavam os corpos com azeite, deixavam os cabelos compridos e agitavam as cabeleiras na batalha para impressionar os inimigos. Das roupas comuns apenas sabemos que as teciam de linho e de lã e que usavam objetos e jóias de metal – pulseiras, torques, braceletes, fivelas, vírias, o que pressupõe a existência de ferreiros e ourives, aliás atestada pelos cultos aos deuses da metalurgia.

O alimento mais característico era o pão de bolota ou glande de carvalho; bebiam leite de cabra e cerveja de cevada, reservando o vinho para as festas.

As casas de pedra tinham forma redonda ou quadrangular; eram cobertas de palha, e ficavam situadas no alto dos morros e colinas, agrupando-se em aldeias – os castros citados pelos historiadores antigos. Os grandes castros tinham muralhas defensivas feitas de grandes pedras, chegando a alcançar um quilômetro de perímetro. Discutem os entendidos se a fortificação conhecida com o nome de *cava de Viriato*, perto de Viseu, era de fato o refúgio do guerreiro.

Os instrumentos musicais incluíam a flauta e a trombeta, com que acompanhavam seus coros e danças – de que os romanos nos deixaram algumas descrições.

Os locais de cultos funerários são sempre de grande interesse para o arqueólogo, que encontra no território da antiga Lusitânia farto material de investigação. Do período paleolítico conhecem-se cemitérios onde os corpos estavam dispostos com restos de alimentação, utensílios e armas; do megalítico abundam os dolmens, conhecidos em Portugal como antas, ou mamoa – porque os montículos de terra que se acumulou sobre eles criou essa forma arredondada. Por adição de lages alguns dolmens foram se ampliando até alcançar o tipo de monumento funerário conhecido como *galeria de Alcalá*; nestas galerias, de construção mais recente mas provavelmente ainda anteriores aos lusitanos propriamente ditos, também se encontraram objetos, agora mais elaborados, feitos de marfim, metal, e cerâmica, e também ossos humanos. As cistas neolíticas, caixas funerárias de pedra em forma quadrangular e tapadas com pedra como os dolmens, também conservaram objetos de metal e ossos humanos. Estes monumentos atestam um modo de vida anterior à chegada dos celtas, pois os lusitanos adotaram ritos funerários idênticos aos dos invasores (o que é um elemento importante em favor da influência céltica entre os *descendentes de Luso*): a incineração e a conservação das cinzas em urnas de barro. É evidente que esse cerimonial privou os arqueólogos contemporâneos de importantes elementos de estudo (os ossos) sobre os povos que o praticavam.

Por outro lado, muito do que sabemos sobre a religião dos lusitanos foi conservado em inscrições do período romano, e também por teólogos e doutrinadores medievais que pregaram contra a sobrevivência de práticas pagãs entre o povo da antiga Lusitânia. Essas fontes permitem-nos dizer que a religião dos lusitanos teve longa permanência para além da conquista romana e da introdução do cristianismo, e conhecer alguns de seus traços. Os luso-romanos foram fiéis a seus deuses, e em primeiro lugar a Endovélico, e Atégina; esta seria uma deusa da terra e dos frutos da agricultura, e daí uma protetora da fertilidade; mas também era invocada para solicitar auxílio em muitas outras dificuldades da vida comum, desde a doença aos problemas morais. Outros deuses conhecidos pelas inscrições em lápides e pelos escritores romanos eram: Revalanganiteco, Ilurbeda, Trebaruna, Bormanico, Navia, Taogonebiago, e muitos outros dos quais só se sabe o nome.

Os cultos relativos à fertilidade e à natureza, relacionados com a figura feminina, estão atestados por várias fontes, mas não diferem muito de cultos desse tipo existentes em quase todos os povos com modo de vida idêntico; estreitamente implicadas com estes estão as crenças em forças naturais, e as conseqüentes práticas mágicas. Embora se saiba da existência de sacerdotes não conhecemos uma organização sacerdotal do tipo druídico.

Nas artes plásticas, além dos objetos de ourivesaria os lusitanos têm na estatuária dois modelos muito característicos: as figuras de guerreiro em pé, com escudo redondo, e sem pés (meia-perna), e os porcos ou javalis muito toscos (o mais conhecido é famosa porca de Murça) que provavelmente tinham uma finalidade funcional e não artística nem religiosa.

## 5. Entre Cartagineses e Romanos

Os lusitanos entram na História romana como aliados dos cartagineses; estes, por suas afinidades com os fenícios de Tiro, já comerciavam com os iberos desde longa

data. A Primeira Guerra Púnica (264-241) praticamente não atingiu a Ibéria; mas a partir de 237, com o desembarque de Amílcar Barca em Cadiz, e a liderança de Aníbal Barca desde 221, os cartagineses não só se estabeleceram firmemente na Península tomando-a como base para atacar Roma por terra, como se expandiram para o norte, passando além do Tejo e chegando além do Douro. É então que aparecem os lusitanos como seus aliados, e um contingente de guerreiros acompanhou Aníbal em 218 em direção à Itália. No ano seguinte as tropas romanas desembarcaram em Tarragona e invadiram a Península, derrotando as forças cartaginesas; estes tinham os celtiberos como seus aliados, mas essa união não durou muito: Tito Lívio conta (27, 17) que Cipião passou o inverno na Hispânia para conseguir retomar a boa vontade dos bárbaros porque havia então uma espécie de tendência fortuita para arrastar toda a Hispânia do partido dos cartagineses para o dos romanos. E pouco depois (34, 18) diz que os generais romanos viram os hispanos, cansados do domínio cartaginês (*taedio imperii carthaginensium*) entregar-se a eles. Esta virada deu-se principalmente em terras ibéricas (litoral mediterrânico) porque a região celtibérica (ou celta: centro e oeste da Península) permaneceu quase unanimemente anti-romana. Daí a importância dos lusitanos na liderança das guerras ou campanhas de resistência a partir da Segunda Guerra Púnica.

Assim, com o auxílio dos *naturais*, os romanos em 205 já tinham o domínio das terras ibéricas – domínio que, aliás, não era só estratégico, porque nos sete anos seguintes (205-198) o território peninsular forneceu ao tesouro da República mais de duas toneladas de ouro e cem toneladas de prata. Além desta exploração, que certamente não se fez com a boa vontade dos hispanos, os romanos tinham tratado seus inimigos com crueldade e traição. Mas as legiões e os cobradores de impostos vinham para ficar, e em 197 a Hispânia foi dividida em Citerior (a mais próxima, que abrangia o leste, norte, e noroeste) e Ulterior (a mais distante, que incluía o sul e oeste). Mas já nesse ano de 197 os turdetanos do sul se revoltaram contra Roma, e pouco depois (em 194 ou 193) os lusitanos entram em cena invadindo as terras do sul em apoio aos turdetanos: estava declarada e iniciada uma guerra que iria ocupar os generais e políticos romanos até ao advento do Império. Três anos depois de invadir a Turdetânia os lusitanos derrotam o procônsul Lúcio Emílio, que morre com todas as suas tropas. Em 185 os lusitanos voltam-se para leste e atacam os romanos na Carpetânia: mas Roma foi provocada, e manda revidar pelo sul; o pretor Postumio Albino consegue pela primeira vez derrotar os lusitanos em 179.

Durante alguns anos não há notícias de conflitos militares, mas em 155 os lusitanos aliados aos vetões massacram seis mil legionários e o pretor que os comandava; em 154 os lusitanos aliados aos celtiberos invadem o sul e chegam às Colunas de Hércules (Gibraltar); Roma contra-ataca no ano seguinte sob o comando de Mummio que após sofrer uma derrota com nove mil baixas recupera-se, repele os invasores (152) e fá-los recuar. É então que se dá um fato decisivo, pois no ano seguinte (151) Galba é derrotado e foge com suas legiões; pronto para retaliar a derrota, acena aos lusitanos com um acordo de paz, convida todos os guerreiros para uma assembléia, propõe-lhes que deixem as armas, e divide-os em três grupos; confiantes na palavra de um general os lusitanos ficaram à mercê do inimigo; Galba manda então seus legionários avançarem: eles massacram nove mil guerreiros e fazem prisioneiros outros vinte mil. A traição e crueldade de Galba foi vivamente criticada no Senado, mas nem por isso Roma usou de boa vontade com os lusitanos.

Sobrevivente do massacre de Galba, porém, um jovem guerreiro decide vingar-se: é Viriato, que durante cerca de dez anos vai infligir as piores derrotas às legiões, e que os generais, afinal, decidem também assassinar à traição.

## 6. Viriato

*Este que vês, pastor já foi de gado;  
Viriato sabemos que se chama  
Destro na lança mais que no cajado;  
Injuriada tem de Roma a fama,  
Vencedor invencível, afamado.  
Não têm co 'ele, nem ter puderam  
O primor que com Pirro já tiveram.*

(*Os Lusíadas*, VIII, 6)

Viriato ainda aparece no poema mais duas vezes (I, 26, e VIII, 36) repetindo os elogios aos *atrevimentos* e aos feitos contra Roma. E noutro passo (III, 22) se renova a menção sem lhe dizer o nome, quando, depois de falar da Lusitânia (III, 21) prossegue:

*Desta o pastor nasceu, que no seu nome  
Se vê que de homem forte os feitos teve,  
Cuja fama ninguém virá que dome,  
Pois a grande de Roma não se atreve.*

Temos aqui lançada a imagem que se tornou estereotipada de um Viriato pastor e guerreiro, que obscureceu a fama de Roma pela sua força invencível, destreza nas armas, e ousadia (*atrevimentos*). Ele foi sem dúvida como comandante das armas lusitanas e de seus aliados o maior estratega militar que na Península se opôs às legiões, e é nessa qualidade que é considerado o herói fundador da nacionalidade portuguesa; entre os lusitanos de sua época e a criação do reino de Portugal por Dom Afonso Henriques (o segundo herói fundador da nação) medeiam treze séculos, e por isso a figura de Viriato é mais tipológica do que real: ela afirma a permanência e antiguidade de uma definição que assimila espaço, tempo, e povo. Os romanos o entenderam quando deram aos lusitanos origem mitológica, e o mesmo fizeram a alguns rios da Lusitânia, como o Letes (Lima) o rio do esquecimento. Deste modo os portugueses modernos buscaram o antepassado que simbolizasse, por uma antiguidade muito distante, a nobreza das raízes da nação, sempre fiel a si mesma desde longa data. Como disse João Ameal na *História de Portugal* a propósito dos lusitanos: *Se os portugueses não descendem dos lusitanos dir-se-á que aos lusitanos ascendem, por adopção espontânea, efectuada do Renascimento para cá.*

Tal como Dom Afonso Henriques e outros heróis nacionais, como Nuno Álvares Pereira, Viriato era um guerreiro que se opunha ao domínio vindo da Europa: sucessivamente Roma, Leão e Castela. Desse forma, ele não simboliza uma cultura ou civilização – pois ninguém ignora que a formação cultural portuguesa deve muito mais à romana do que à celtibérica; simboliza sim a identidade que diferencia os portugueses dos povos aparentados, reforça o desejo de autonomia, e o valor (guerreiro), e aponta inclusive, com a sua recusa a identificar-se com as terras a leste, para uma realização dos portugueses como nação no sentido oeste, ou seja, para o Oceano. Viriato faz mais parte da mitologia e do panteão nacionalistas do que da História de Portugal.

É verdade, porém, que como personagem histórico ele merece essas honras. Quando os romanos, após dominarem os cartagineses, e depois os celtiberos na primeira revolta, imaginaram que a Península seria deles, com tranquilidade, Viriato congrega todas as forças rebeldes do centro e do ocidente peninsulares e inflige às legiões

derrotas humilhantes. Viriato foi, segundo todos os testemunhos, um grande líder de povos, e um hábil estrategista, reconhecido como tal pelos generais romanos.

De sua origem pouco se sabe, mas não seria o rude pastor de cabras da Serra da Estrela, que a imagem de Camões apresenta e se conservou até nos livros de História escolar; de fato ao casar com uma rica herdeira de terras a sul do Tejo, como dizem as biografias desde os historiadores gregos e romanos, não só se indica que era de família notável, como teria passado ao menos algum tempo nas planícies do sul.

O estopim para a segunda guerra lusitana veio outra vez da Turdetânia: os lusitanos invadiram a região em 147 a.C., e atacaram os romanos, mas foram cercados e vencidos por Caio Vetúlio. Viriato entra em cena, assume o comando geral dos contingentes guerreiros que manobra com habilidade e no mesmo ano em Tríbola vence e mata Caio Vetúlio. Animados com a brilhante vitória os lusitanos vencem Cláudio Unímano (146), e Caio Nigídio (145); mas quando Quinto Fábio Máximo Emiliano, irmão de Cipião Emiliano, entra na Península como cônsul da Citerior e provoca Viriato em campo aberto no vale do Guadalquivir, os lusitanos são derrotados (144). Viriato retira-se para Baecula (Baicor, hoje Bailen), refaz as forças e contra-ataca no ano seguinte, repelindo os romanos, que se retiram para Córdova.

As vitórias e habilidades militares de Viriato entusiasmam outros povos, e os celtiberos da Meseta revoltam-se em apoio aos lusitanos – está iniciada a guerra *Numantina*. Divididas as legiões Viriato derrota ainda em 143 as tropas de Quinto Pompeio, e no ano seguinte as do cônsul Lúcio Cecílio Metelo Calvo.

Quinto Fábio Máximo Serviliano ataca Viriato (141) que recua e contra-ataca destroçando as legiões – mas precisa voltar para a Lusitânia para se reabastecer. Serviliano persegue-o atravessando o Cinético e subindo pela Mesopotâmia, mas é obrigado a recuar pelas forças de guerrilheiros chefiados por Apuleio e Cúrio – aliás, o banditismo organizado em grupos guerrilheiros era um problema endêmico na Península, mas também uma ajuda (mercenária) contra os invasores.

Viriato volta-se de novo contra Serviliano, cerca-o, e em Erisane faz com ele um tratado de paz (140) e recebe o título de *Amigo do Povo Romano*. Mas no ano seguinte o irmão dele, Quinto Servílio Cipião, chega à Hispânia como governador, e provoca de novo Viriato, que pede tréguas e é assassinado por seus auxiliares – comprados por Servílio. Assim terminam a vida e os feitos desse herói que o *Dicionário de História de Portugal* (1982: 189) consagra desta forma: *Os Portugueses de hoje consideram este remoto antepassado lusitano uma das mais belas e sugestivas figuras simbólicas do nosso espírito de independência.*

## 7. De Província Romana a Reino de Portugal

Viriato morreu, mas não acabou com ele a resistência dos lusitanos, só que precisou de algum tempo para se recuperar. Recuperação tanto mais difícil quanto os aliados e vizinhos foram submetidos: o cônsul Décio Júnio Bruto, o Calaico, domina (de 138 a 136) as tribos a norte do rio Douro, incluindo os brácaros; e em 133 os celtiberos rendem-se a Cipião Emiliano que toma Numância – e a arrasa. Durante cerca de uma geração houve raras notícias dos lusitanos, a não ser por alguns ataques reprimidos (114 e 113) por Mário. Mas pouco depois (107) estala uma sucessão de batalhas: nesse ano Quinto Servílio Caepius domina uma rebelião dos lusitanos, que se recompõem e em 105 derrotam um exército romano. Mas a submissão dos celtiberos em Numância leva estes antigos aliados a colocarem-se do lado das legiões, que em 101 obtêm pesada vitória sobre os lusitanos. Mas eles parecem que não perdem fôlego, revoltam-se ainda

outra vez contra a opressão romana em 99 – mas no ano seguinte o pretor Lúcio Cornélio Dolabella derrota-os de tal modo que precisaram de tempo para se recompor.

Entretanto Sertório, que governava a província como aliado de Sila, quando Mário toma o poder em Roma retira-se para a África: lá os emissários lusitanos foram procurá-lo, oferecendo-se para se colocar às suas ordens contra o poder do dominador. Sertório aceita chefiar essas tropas *bárbaras* e em 81 entra em guerra contra Mário. Porém, apesar de muitas vitórias, Sertório acaba como Viriato: assassinado à traição (em 72). Com ele termina a última grande campanha dos lusitanos contra o domínio romano. Dez anos depois houve uma rebelião de calaicos e lusitanos, que César dominou; e nas campanhas de Pompeu (55 – 49) os lusitanos já figuram como auxiliares de suas tropas.

Iniciado o Império, e pacificada a Península, Augusto determina uma maior divisão administrativa: a Hispania Ulterior é dividida em Lusitania e Betica, esta com a capital em Córdova; a Lusitania passa a ser portanto não mais a terra dos lusitanos, mas uma divisão do Império – aliás o nome completo da nova Província era Lusitania e Vetonia, e a capital, criada por Púbio Carisius e fundada para o efeito, ficava em terras de vetões: Emerita, hoje Mérida. A fundação foi em 25 a . C. por isso parece mais provável que a criação da Lusitania e Vetonia não tenha sido em 27 como por vezes se indica, mas em 25 ou pouco depois. O território administrativo ficava compreendido entre o Tejo a sul, e o Atlântico a oeste e norte, incluindo, portanto, junto com os lusitanos não só os vetões, mas também os calaicos e astures; mais tarde a Calécia foi incorporada à Tarraconense, até que Caracala criou aí uma nova província, com a capital em Braga. Na época de Augusto a Península teria uns seis milhões de habitantes; considerando que todo o litoral com exceção do norte era mais habitado que o interior, e que a Lusitania ocupava, sobretudo, terras interioranas, pode supor-se a sua população em torno de um milhão de pessoas, ou pouco mais.

Os lusitanos vão progressivamente saindo da história ativa, e entrando na História relatada, como a de Plínio, a de Pompônio Mela, ou a *Geografia* de Ptolomeu, todas posteriores à rendição final deste povo. Por sua vez estas histórias feitas sobre testemunhos ainda recentes passam a ser objeto de estudo por historiadores que viveram séculos depois, e não só selecionam como acrescentam comentários feitos *na distância do tempo*; é curioso ver, por exemplo, como no início do século V a *História* de Orósio, provavelmente um calaico, censura os romanos pelas suas crueldades contra os lusitanos – como a do cônsul Fábio que reuniu quinhentos líderes lusitanos com promessas de paz e quando os viu desarmados os subjugou e lhes mandou cortar as mãos (Orósio 5, 4) ou ainda a própria traição no assassinato de Viriato. Por isso, diz Orósio, a pacificação final desse povo pelos romanos foi *uma vitória sem glória* (5, 23).

Na época de Orósio a Hispânia foi invadida (409) por um grande grupo de germanos – e talvez por causa dessa grande invasão é que Orósio deixou Braga e se refugiou junto de Agostinho em Hipona. Os alanos ocuparam a Lusitania, mas por pouco tempo: em 416 a partir da Calécia os suevos estenderam o seu domínio até alcançar a Bética; em 439 Emerita era a capital do reino suevo, que abrangia assim a Lusitânia e a Calécia. Mas os romanos chamaram em seu auxílio os visigodos, que ocupavam a Gália: eles derrotaram os suevos em 456 e no ano seguinte dominavam a Lusitânia. Segundo Idácio, porém, o domínio visigótico era fraco, pois ainda em 459 os suevos saqueavam a Lusitânia e aí massacravam romanos. Em 467 ainda os suevos voltaram a atacar e destruíram Conimbriga, importante cidade lusitana no litoral, arrasando suas muralhas. Dois anos depois suevos e visigodos defrontam-se em Olisipo (Lisboa).

Apesar destes tumultos – e na intenção de contê-los - o rei visigodo Eurico (466-484) inicia em 470 uma reforma administrativa, e nessa reforma a província da Lusitânia foi extinta. Parece, porém, que a Lusitânia como topônimo não desapareceu de todo, porque nos concílios de Toledo no século VII o grupo dos bispos lusitanos manteve certa identidade comum, ao ponto de o Metropolita de Mérida – que no período romano tinha autoridade sobre os outros bispos da região – ter reclamado para sua jurisdição todas as dioceses da antiga Lusitânia, o que lhe foi concedido (656 ?) pelo rei visigodo Recesvindo (ALMEIDA: 42-43).

Em 711 os muçulmanos invadiram a Península, que conquistaram quase completamente em seis anos – mas ainda sob o domínio do Islão parece que a Lusitânia manteve sua designação, alterada para *Lugidânia*; a reconquista cristã começou em 722 em Cangas de Onis, a partir da região dos cântabros e bascos. Até ao final do século IX a Calécia (agora Galícia, em português: Galiza) já estava em poder dos cristãos; no século XI a antiga região de entre Douro e Tejo, núcleo da Lusitânia, era reconquistada: Viseu em 1057, Coimbra em 1064. Finalmente em 1146 Dom Afonso Henriques toma Santarém, em 1147 conquista Lisboa, e logo atravessa o Tejo e penetra no território que fora dos célticos, até chegar quase ao Cinético: a antiga Lusitânia entrava *nas brumas da memória*, como diz o Hino Nacional Português, para dar lugar ao Reino de Portugal.

## Bibliografia

### 1. Textos e documentos

IDÁCIO: *Crónica de Idácio. Descrição da invasão e conquista da Península Ibérica pelos Suevos (séc.V)*. Versão e anotações de José Cardoso. Braga: Livraria Minho, 1995.

OROSIUS, Paulus. *The Seven Books of History Against the Pagans*. Trad. Roy J. Deferrari. Washington: The Catholic University of America Press, 1964.

PLUTARCH: *The Lives of the Noble Grecians and Romans - “Sertorius”* 457 – 470. Chicago: Enc. Britannica, 1952.

POLÍBIOS: *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Universidade de Brasília, 1985.

TITE LIVE: *Histoire Romaine*. Trad. Eugène Lasserre. Paris: Garnier, 1950.

TITO LÍVIO: *História Romana*. Trad. Francisco Navarro y Calvo. Buenos Aires: Ateneo, 1955.

### 2. Comentários e obras gerais

ALMEIDA, D. Fernando de. *Egitânia. História e Arqueologia*. Lisboa: Junta de Província da Beira Baixa (subs) 1956.

ARRIBAS, António. *Os Iberos*. Lisboa: Verbo, 1967.

BLOCH, Raymond, & COUSIN, Jean. *Roma e o seu destino*. Trad. Maria Antonieta Magalhães Godinho. Lisboa/ Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1964.

CUNLIFFE, Barry (ed). *Prehistoric Europe. Na Illustrated History*. Oxford University Press, 1998.

CURCHIN, Leonard: *Roman Spain. Conquest and Assimilation* (1991). New York: Barnes & Noble, 1995.

*Dicionário de História de Portugal Ilustrado*. Lisboa: Formar/Círculo de Leitores, 1982.

HARMAND, Jacques: *Les Celtes au Second Âge du Fer*. Paris: Fernand Nathan, 1970.

HERM, Gerhard. *The Celts*. New York: Barnes & Noble, 1993.

SAVORY, H. N. *Espanha e Portugal*. Lisboa: Verbo, 1969.

VINCENT, Mary & STRADLING, R. A . *Cultural Atlas of Spain and Portugal*. Oxford: Andromeda, 1994.

### 3. Literatura

AGUIAR, João. *A Voz dos Deuses*. Porto: Edições Asa, 19<sup>a</sup> edição, 1997.

\_\_\_\_\_. *A Hora de Sertório*. Porto: Edições Asa, 4<sup>a</sup> edição, 1997.

CAMÕES, Luís. *Obras completas*. Prefácio e notas do Prof. Hernani Cidade. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

GIL VICENTE. *Obras*. Porto, Lello & Irmãos.